

ATA NÚMERO 168/XII/3ª SL

7.janeiro.2014 – 14h00

Aos 07 dias do mês de janeiro de 2014, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 01, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de atas

3. Comunicações do Presidente

4. Petição n.º 307/XII/3.ª, “Lisboa e o País precisam do cinema Odéon” – 14h00

- **Audição dos Peticionários**
- **Deputada Relatora:** Inês de Medeiros - PS

5. Audição do Ministro da Educação e Ciência, por requerimento potestativo do Grupo Parlamentar do PS, sobre os resultados do PISA 2012, no contexto das políticas da escola pública – 15h00

6. Projeto de Lei n.º 476/XII/3.ª, do BE, Alterações ao Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior, impedindo a implementação do cheque-ensino e da falsa concorrência escolar promovida pelo Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro.

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputada autora do parecer:** Odete João-PS

7. Projeto de Lei n.º 477/XII/3.ª, do BE, Reposição do Programa de Matemática no Ensino Básico em vigor até 2013 e manutenção do Programa de Matemática A no Ensino Secundário, anulando as alterações curriculares introduzidas pelo atual Governo.

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputada autora do parecer:** Maria José Castelo Branco – PSD

8. Petição n.º 297/XII/2.ª da iniciativa de João António Correia Martins, que pretende uma alteração legislativa, com vista à integração dos créditos criados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 309-A/2007, de 7 de setembro, no regime previsto no Decreto-Lei n.º 227/2012, de 25 de outubro.

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputado relator:** Pedro Delgado Alves - PS

9. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU - Sétimo relatório de dados estatísticos sobre o número de animais utilizados para fins experimentais e outros fins científicos nos Estados-Membros da União Europeia COM(2013)859.

- **Apreciação liminar**

- **Autor do Parecer:** PSD
- Apresentação do Parecer na Reunião de 14 de janeiro

10. Proposta de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO relativa a um Quadro de Qualidade para os Estágios [COM (2013) 857]. Esta iniciativa tem dois documentos de trabalho associados [SWD (2013) 495 e SWD (2013) 496.

- **Apreciação liminar**
- **Autor do Parecer:** PSD
- Apresentação do Parecer na Reunião de 14 de janeiro

11. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Segunda avaliação intercalar das iniciativas tecnológicas conjuntas ARTEMIS e ENIAC COM(2013)830.

- **Apreciação liminar**
- **Autor do Parecer:** PS
- Apresentação do Parecer na Reunião de 14 de janeiro

12. Redação Final da Apreciação Parlamentar n.º 67/XII - "Primeira alteração, por apreciação parlamentar ao Decreto - Lei n.º 146/2013, de 22 de outubro, que procede à 12.ª alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, e à primeira alteração ao Decreto – Lei n.º 132/2012, de 27 de junho".

- Apreciação

13. Outros assuntos

14. Data da próxima reunião

Dia 14 de janeiro de 2014 – 15h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV.

2. Aprovação de atas

As atas n.ºs 166 e 167, relativas às reuniões de 17 e 18 de dezembro de 2013, foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Sr. Presidente referiu-se à necessidade de a Comissão se pronunciar sobre uma comunicação do diretor executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, da

CPLP, a propósito da discussão da [Petição 259/XII/2.^a](#) (Acordo Ortográfico) e da elaboração do Vocabulário Ortográfico Comum, nomeadamente quanto à disponibilização dos documentos no processo da Petição 259/XII, na Internet.

Solicitou ainda a posição dos Deputados quanto à sequência a dar ao anteprojeto de Resolução, remetido pelo Dr. Ivo Barroso, peticionário da [Petição 259/XII/2.^a](#), com vista à suspensão do 2.º Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico, com o pedido de envio a todos os deputados da AR ou, pelo menos, a todos os deputados da Comissão, para eventual apresentação do Projeto, tendo em vista a sua discussão conjunta com a Petição e a disponibilização na página da Petição; e ainda sobre a pretensão do Dr. Ivo Barroso de publicação, na página da Comissão, da entrevista que efetuou ao Professor Ernâni Pimentel (do Grupo de Trabalho Técnico do Senado do Brasil).

Após as intervenções dos Senhores Deputados Isilda Aguincha (PSD) e Luís Fazenda (BE), foi consensualizado que a Comissão não deve proceder à publicitação dos documentos do Dr. Ivo Barroso, na página da Comissão, e foi ainda deliberado agendar, para a reunião da Comissão, em ponto autónomo, a questão relativa à comunicação do diretor executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

3.2. O Sr. Presidente comunicou que foram recebidos, na Comissão, os seguintes pedidos de audiência, em relação aos quais foi deliberado o seguinte:

- ASPL, FENPROF, SEPLEU, SIPE, SIPPEB e SPLIU, sobre a prova de avaliação de conhecimentos e capacidades. Foi deliberado agendar esta audiência para o dia 14 de janeiro, às 16h30, a tempo de os Srs. Deputados que participam na visita de trabalho à CERCILEI, agendada para esse dia, poderem estar presentes.
- Nádía Vital do Consórcio PTO NANO (parceria estabelecida entre: o Instituto da Soldadura e Qualidade, o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, o Instituto da Qualidade e a Direção-Geral da Saúde), para apresentação do consórcio e o projeto NANOREG que é o único projeto europeu sobre legislação/regulamentação dos nanomateriais, a decorrer em 16 países europeus e em que decorre um estudo nacional com o objetivo de identificar as principais necessidades e lacunas de conhecimento em matéria de saúde, segurança e ambiente na produção e utilização de nanomateriais em Portugal. Tendo o pedido sido também endereçado à Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local e à Comissão de Saúde, foi deliberado realizar uma reunião conjunta, tendo sido sugerida a articulação entre os três presidentes, no sentido da sua calendarização.

3.3. O Sr. Presidente recordou a visita que o Grupo de Trabalho da Educação Especial vai efetuar à CERCILEI (Leiria), no dia 14 de janeiro, de acordo com o seguinte programa:

09h15	Saída da Assembleia da República
11h00	Reunião de trabalho com a direção da CERCILEI, representantes de pais, profissionais e parceiros e visita às instalações
13h00	Almoço
14h30	Fim da visita

3.4. A Sra. Coordenadora do Grupo de Trabalhos dos Currículos dos Ensinos Básico e Secundário, Deputada Maria José Castelo Branco, apresentou a proposta de programa da Audição pública sobre “Currículos das vias profissionalizantes”, agendada para o dia 29 de janeiro, das 09h30 às 13h00, no auditório do Novo Edifício, sublinhando que eventuais contributos deverão ser remetidos à Comissão, o mais breve possível, para se poder avançar com a sua preparação e com o envio dos convites.

3.5. Foram apreciados os relatórios das seguintes audiências/audições, não se tendo registado observações em relação aos mesmos:

- Audiência concedida, pelo Grupo de Trabalho da Educação Especial, aos Externatos Ana Sullivan e O Veleiro;
- Audiência concedida a investigadoras, sobre o Concurso Investigador FCT 2013;
- Audição de João António Correia Martins, único peticionário da Petição 297/XII, Pretende uma alteração legislativa, com vista à integração dos créditos criados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 309-A/2007, de 7 de setembro (regime de empréstimos a estudantes do ensino superior), no regime previsto no Decreto-Lei n.º 227/2012, de 25 de outubro (Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento - PERSI);
- Audiência concedida à AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada – sobre a Revisão da Lei da Cópia Privada.

4. Petição n.º 307/XII/3.ª, “Lisboa e o País precisam do cinema Odéon” – 14h00

A delegação dos peticionários era constituída pelos Professores José Manuel Fernandes e Raquel Henriques da Silva e pelos Drs. Paulo Ferrero, Paulo Trancoso e António Branco Almeida.

O Professor Arquiteto José Manuel Fernandes referiu que o cinema Odéon está em decadência há mais de 20 anos, sendo um cinema/teatro único no centro de Lisboa, com uma qualidade intrínseca, pelos valores internos e externos, a nível cultural e arquitetónico, valendo pelo seu conjunto, tendo realçado a madeira exótica, natural e o feitiço de nau.

Realçou que o valor do edifício não depende do seu estado de conservação, podendo o mesmo ser desmontado e remontado e referiu que a solução não é manter as antigas funções, mas ser-lhe atribuída uma nova vida. Indicou, ainda, vários artigos de jornais sobre o Odéon e a recuperação de vários cinemas.

A Professora Raquel salientou que as entidades competentes para tratarem esta matéria são a Câmara Municipal de Lisboa e a Direção Geral dos Assuntos Culturais e referiu a importância da classificação do edifício como imóvel de interesse público.

A Deputada Conceição Pereira (PSD) defendeu que a classificação da Avenida da Liberdade como conjunto de interesse público, pela [Portaria 385/2013](#), permite salvaguardar o edifício e referiu que está em curso, na Câmara Municipal de Lisboa, um projeto de recuperação do mesmo, da autoria do arquiteto Manuel Salgado. Referiu, ainda, que a preocupação maior é a preservação do edifício, mas entende que deve ter-se em conta um fim cultural.

O Deputado Pedro Delgado Alves (PS) referiu a intervenção na Assembleia Municipal, aludiu a um histórico de espaços emblemáticos e ao facto de as soluções de conservação poderem não ser consensuais e indicou que o PS está disponível para contribuir para a solução. Esclareceu que a Assembleia da República não pode desenvolver atos operativos em relação à matéria, mas apenas no âmbito dos poderes de fiscalização do Governo.

A Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) referiu a importância da manutenção do equipamento e perguntou se o projeto existente na Câmara Municipal de Lisboa não preserva o edifício e se a classificação da Avenida da Liberdade não é suficiente para o efeito e como se pode desenvolver a preservação.

Os peticionários responderam de imediato que o projeto existente na Câmara não preserva o edifício e a classificação da Avenida da Liberdade não é suficiente.

A Deputada Rita Rato (PCP) referiu que o PCP tem tido desde início do processo preocupações profundas sobre a preservação do Património Cinema Odéon. Reiterou o pedido aos peticionários no sentido de que clarificassem se a classificação da Avenida da Liberdade é suficiente ou não, se o projeto existente na Câmara Municipal de Lisboa preserva o edifício, quais as medidas imediatas a seguir para a salvaguarda do espaço, questionou se tiveram algum contacto com a Câmara Municipal de Lisboa ou a Direção Geral dos Assuntos Culturais sobre as suas preocupações, e qual a avaliação que fazem em relação à intervenção da tutela. Realçou, ainda, que a Assembleia da República não tem poderes de fiscalização em relação às autarquias locais.

A Deputada Catarina Martins (BE) entendeu que a classificação do edifício é a única solução e nesse sentido apresentaram o [Projeto de Resolução 862/XII, Recomenda ao Governo que proceda à abertura do processo de classificação do cinema Odéon](#), que foi rejeitado. Questionou, ainda, os peticionários sobre o tipo de ação e em que tempo, esperam da Assembleia da República.

A Deputada Inês de Medeiros (PS) referiu que o BE não aceitou que o seu Projeto de Resolução fosse votado após o relatório da Petição. Indicou que o arquivamento do processo de classificação anterior levanta dúvidas e reiterou a pergunta sobre a suficiência ou não da classificação da Avenida da Liberdade para a manutenção do edifício e a classificação que consideram necessária e bem assim que tipo de projeto e utilização propõem para o edifício e a respetiva forma.

Os representantes dos peticionários esclareceram que o projeto para a utilização do edifício, existente na Câmara Municipal de Lisboa, respeita à criação de 4 pisos de estacionamento. Defenderam que a Assembleia da República pode fazer um gesto de afirmação nacional da importância do edifício. Indicaram que o mesmo deve ser classificado como imóvel de interesse público e esclareceram que a classificação da Avenida da Liberdade não é suficiente, porque só permite preservar a fachada do edifício.

Salientaram que a construção de um parque de estacionamento no edifício levará à destruição do seu interior e propuseram uma utilização para efeitos culturais (e não apenas como cinema ou teatro). Por último, referiram que em 1.º lugar deve ser feita a classificação do edifício, considerando-a inadiável e urgente e em 2.º organizado um debate sobre a recuperação e elaborado um programa, com a participação da Câmara Municipal de Lisboa e do proprietário.

A gravação da audição e os documentos entregues estão disponibilizados na [página da Comissão, na internet](#).

5. Audição do Ministro da Educação e Ciência, por requerimento potestativo do Grupo Parlamentar do PS, sobre os resultados do PISA 2012, no contexto das políticas da escola pública – **15h00**

Na primeira ronda, registaram-se as intervenções dos Srs. Deputados Odete João (PS), Maria José Castelo Branco (PSD), Michael Seufert (CDS-PP), Rita Rato (PCP), Luís Fazenda (BE) e Gabriela Canavilhas (PS), tendo o Sr. Ministro usado da palavra, após cada intervenção, para responder às questões colocadas.

Intervieram, na segunda ronda, os Srs. Deputados Maria José Castelo Branco (PSD), Agostinho Santa (PS), Inês Teotónio Pereira (CDS-PP), Rita Rato (PCP), Luís Fazenda (BE), António Cardoso (PS), Michael Seufert (CDS-PP), Sandra Pontedeira (PS), Ísilda Aguincha (PSD), Odete João (PS), Amadeu Albergaria (PSD) e Acácio Pinto (PS). O Sr. Ministro e os Srs. Secretários de Estado do Ensino e Administração Escolar e do Ensino Básico e Secundário usaram da palavra no final da intervenção do Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) e

após a intervenção do Deputado Acácio Pinto (PS), respondendo, em bloco, às questões colocadas.

A documentação da audição, incluindo as gravações áudio e vídeo, pode ser consultada na [página da Comissão, na internet](#).

6. **Projeto de Lei n.º 476/XII/3.ª**, do BE, Alterações ao Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior, impedindo a implementação do cheque-ensino e da falsa concorrência escolar promovida pelo Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro

A Sra. Deputada Odete João (PS) apresentou o parecer. Após as palavras de agradecimento do Sr. Deputado Luís Fazenda (BE), foi o mesmo aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e BE, registando-se a ausência do PCP e do PEV.

7. **Projeto de Lei n.º 477/XII/3.ª, do BE**, Reposição do Programa de Matemática no Ensino Básico em vigor até 2013 e manutenção do Programa de Matemática A no Ensino Secundário, anulando as alterações curriculares introduzidas pelo atual Governo

A Sra. Deputada Maria José Castelo Branco (PSD) apresentou o parecer. Após a intervenção de agradecimento do Sr. Deputado Luís Fazenda (BE), foi o mesmo aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e BE, registando-se a ausência do PCP e do PEV.

8. **Petição n.º 297/XII/2.ª da iniciativa de João António Correia Martins**, que pretende uma alteração legislativa, com vista à integração dos créditos criados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 309-A/2007, de 7 de setembro, no regime previsto no Decreto-Lei n.º 227/2012, de 25 de outubro

O relatório final da petição, com o respetivo parecer, foi apresentado pelo relator, deputado Pedro Delgado Alves, tendo sido aprovado por unanimidade dos deputados presentes, do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da deputada do PEV.

9. **RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU - Sétimo relatório de dados estatísticos sobre o número de animais utilizados para fins experimentais e outros fins científicos nos Estados-Membros da União Europeia COM(2013)859.**

A Comissão procedeu à apreciação da iniciativa e deliberou efetuar escrutínio, dada a relevância da temática. Foi indicada como relatora a Sra. Deputada Maria José Castelo Branco (PSD), que apresentará o relatório na reunião de 14 de janeiro.

10. **Proposta de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO relativa a um Quadro de Qualidade para os Estágios [COM(2013)857].** Esta iniciativa tem dois documentos de trabalho associados [SWD(2013)495 e SWD(2013)496.

A Comissão efetuou a apreciação da iniciativa, tendo deliberado proceder ao seu escrutínio, dado o interesse da matéria. Foi indicado como relator o Sr. Deputado Duarte Marques (PSD), que apresentará o relatório na reunião de 14 de janeiro.

11. **RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Segunda avaliação intercalar das iniciativas tecnológicas conjuntas ARTEMIS e ENIAC COM(2013)830.**

A Comissão procedeu à apreciação da iniciativa, tendo deliberado não efetuar escrutínio.

12. Redação Final da Apreciação Parlamentar n.º 67/XII - "Primeira alteração, por apreciação parlamentar ao Decreto - Lei n.º 146/2013, de 22 de outubro, que procede à 12.ª alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, e à primeira alteração ao Decreto – Lei n.º 132/2012, de 27 de junho"

Apreciada a redação final, foi a mesma aprovada, com os votos favoráveis dos Deputados do PSD, PS e CDS-PP e a abstenção do BE, registando-se a ausência do PCP e do PEV.

13. Outros assuntos

13.1. A Sra. Deputada Odete João (PS) suscitou a questão da visita da Comissão ao Campo Militar da Batalha de Aljubarrota, considerando que o não agendamento configura uma desconsideração para com os autarcas. Assim, e uma vez que as datas por si apontadas não mereceram acolhimento, propôs a fixação, pela Mesa da Comissão, de uma data para a visita, que deverá ocorrer o mais breve possível.

A Sra. Deputada Isilda Aguincha (PSD) referiu-se também à necessidade do agendamento urgente da visita, por parte da Mesa, visto que os convites se encontram pendentes há já algum tempo.

O Sr. Vice-Presidente Acácio Pinto (PS), que presidia no momento à reunião, afirmou que iria transmitir ao Sr. Presidente da Comissão a necessidade de diligenciar o agendamento urgente da visita.

13.2. O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) referiu-se ao Projeto de Resolução subscrito pelos Srs. Deputados Michael Seufert (CDS-PP), José Ribeiro e Castro (CDS-PP) e Mota Amaral (PSD), relativo ao Acordo Ortográfico, perguntando se se trata de uma iniciativa do PSD e do CDS-PP ou apenas dos subscritores e se é já conhecida a data do debate da Petição n.º 259/XII, entretanto adiado, e ainda se a Comissão vai abrir novo espaço de discussão em torno desta matéria.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) afirmou que o Projeto de Resolução é uma iniciativa dos Deputados que o subscreveram, estando aberto à assinatura de qualquer outro Deputado. Pese embora reconheça que o mesmo foi entregue em cima da hora do debate da Petição, afirmou que não houve intenção de adiar a discussão.

14. Data da próxima reunião

Dia 14 de janeiro de 2014 – 15h00

A reunião foi encerrada às 18:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 07 de janeiro 2014

O PRESIDENTE

(Abel Baptista)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Carlos Enes
Duarte Marques
Elza Pais
Inês de Medeiros
Isidro Araújo
Isilda Aguincha
Luís Fazenda
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria da Conceição Caldeira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rita Rato
Rui Pedro Duarte
Agostinho Santa
António Cardoso
Catarina Martins
Inês Teotónio Pereira
João Prata
Laurentino Dias
Maria Ester Vargas
Maria Gabriela Canavilhas
Maria Manueia Tender
Pedro Alves
Pedro Lynce
Sandra Pontedeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia